

Qual a percepção dos usuários das demonstrações financeiras sobre o “fim” do conservadorismo contábil?

BEATRIZ HIRATA TEIXEIRA

Universidade de São Paulo – FEA/USP

FLÁVIA ZÓBOLI DALMACIO

Universidade de São Paulo – FEARP/USP

Resumo

Este estudo tem por objetivo de conhecer a percepção dos usuários das demonstrações financeiras em relação ao princípio da prudência, que foi retirado dos princípios contábeis das normas internacionais e brasileiras de contabilidade. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, buscando, com base na Teoria dos Prospectos, evidências da existência do conservadorismo na tomada de decisão de indivíduos. Foi feita uma busca em bases bibliográficas sobre as características de cada usuário das demonstrações financeiras e características do conservadorismo contábil. Com base nos dados encontrados, foram montados questionários para uma pesquisa de campo, onde se buscou compreender o ponto de vista dos usuários das demonstrações financeiras a respeito do assunto. Em geral, a opinião dos respondentes ficou dividida, não podendo se chegar numa conclusão. Pode-se perceber que algumas classes se demonstram mais conservadoras que as outras, como os auditores em relação aos investidores. O estudo procurou contribuir para reduzir a lacuna existente na literatura a respeito da percepção dos usuários das demonstrações financeiras, também contribuindo para o debate existente entre o conservadorismo contábil e a aderência às normas internacionais de contabilidade.

Palavras chave: Usuários, Demonstrações Financeiras, Conservadorismo.

1. Introdução

Há anos, o conservadorismo vem fazendo parte das práticas no desenvolvimento das demonstrações financeiras, considerando-se uma visão “prudente”, onde se reconhecem as “más notícias” antes das “boas notícias”. Iudícibus (2009) define conservadorismo como: “entre duas ou mais alternativas igualmente relevantes, o contador escolherá aquela que apresentar menor valor para o ativo ou para o lucro e/ou maior valor para o passivo”. Estudos já evidenciaram o conservadorismo contábil nas empresas brasileiras, como o desenvolvido por Costa, Lopes e Costa (2001), que analisaram o grau de assimetria de reconhecimento de boas e más notícias utilizando-se o modelo de Basu (1997), onde se constatou a presença do uso do conservadorismo na contabilidade, não só do Brasil, como em outros países da América do Sul.

Apesar de, por anos, a prudência ter feito parte dos princípios contábeis em diversos países do mundo, há discussões sobre se de fato este é aplicado e sobre seu real benefício na geração das informações financeiras. Rangel e Teixeira (2003) fizeram um estudo com empresas do ramo de siderurgia e metalurgia, onde a hipótese de que estas empresas praticavam o princípio do conservadorismo foi rejeitada. Porém, outro estudo semelhante, de Soares e Neiva (2007), o resultado encontrado foi inverso: verificou-se que as empresas estudadas utilizariam a prática do conservadorismo contábil.

Além da discussão sobre a real aplicação do princípio, o uso do conservadorismo gera outras discussões entre os profissionais da área. Há muitas críticas, como no trabalho de Penman e Zhang (1999), onde concluíram que a utilização do conservadorismo pode gerar lucros, retornos e outras informações de baixa qualidade. Há outros autores que acreditam que esta é uma valiosa ferramenta de controle para inibir comportamento oportunista dos gestores, além de fornecer maiores garantias quanto ao cumprimento das obrigações. As diversas visões serão tratadas mais profundamente ao longo do estudo, com o intuito de observar a visão dos diferentes usuários das demonstrações financeiras em relação ao uso do conservadorismo.

Como será observado mais a frente, há diversas razões que levariam a utilização do conservadorismo. Também veremos que os diferentes usuários das demonstrações financeiras possuem necessidades diferentes e, por tanto, podem requerer informações mais ou menos conservadoras para sua tomada de decisão.

Há diversas teorias que tratam da tomada de decisões, baseadas em teorias psicológicas baseando-se em estudos estatísticos. Entre elas, está a Teoria dos Prospectos, desenvolvida por Kahneman e Tversky (1979), na qual concluíram que há fatores comportamentais que afetam na tomada de decisão de um indivíduo, não sendo por tanto uma decisão totalmente racional. Assim, encontraram evidências de que as pessoas são mais afetadas pelas perdas do que pelos ganhos, demonstrando uma tendência natural do ser humano à aversão ao risco. Baseando-se nesta teoria, conclui-se que o ser humano é, normalmente, conservador na tomada de decisão. Este estudo será mais profundamente abordado no item 2.5 deste artigo.

Em meio a tantas discussões, no fim de 2011, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu nova revisão do Pronunciamento Conceitual Básico (CPC-00), com base nas normas do *International Accounting Standards Board* (IASB), retirando o princípio da prudência, como decorre a seguir:

A característica prudência (conservadorismo) foi também retirada da condição de aspecto da representação fidedigna por ser inconsistente com a neutralidade. Subavaliações de ativos e superavaliações de passivos, segundo os Boards mencionam nas Bases para Conclusões, com

consequentes registros de desempenhos posteriores inflados, são incompatíveis com a informação que pretende ser neutra.

Uma vez que as demonstrações financeiras são elaboradas para os interesses dos usuários, na tentativa de suprir suas necessidades, levantou-se a questão central do estudo: Qual a percepção dos usuários das demonstrações financeiras sobre o ‘fim’ do conservadorismo contábil?

O objetivo central do estudo é encontrar evidências sobre a perspectiva dos usuários a respeito da utilização do conservadorismo contábil (se são favoráveis ou não) e então chegar-se a uma conclusão a respeito da decisão do CPC em conjunto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sobre a retirada do princípio da prudência. A partir dos resultados obtidos, pode-se avaliar se, de fato, o fim do conservadorismo foi uma decisão favorável aos usuários das demonstrações financeiras ou se tal medida gerará desconfiança, insegurança e outros problemas aos mesmos. Há outro objetivo específico, que será brevemente abordado: Perceber se, de fato, esta mudança nas normas contábeis irá causar mudanças na postura, costumes e práticas utilizadas na confecção das demonstrações financeiras. Mais adiante serão abordados outros fatores além da legislação existente que levavam ao uso da prudência, como por exemplo, a cultura do país de origem.

Sendo assim, baseando-se na Teoria dos Prospectos, formula-se a hipótese H_0 :

- Os usuários das demonstrações financeiras se demonstram propensos a preferir o uso do conservadorismo contábil e, por tanto, a retirada deste princípio das normas do CPC é desfavorável;

Além desta hipótese, espera-se encontrar outras respostas que estão intrínsecas a questão, como se haverá real aderência por parte dos profissionais e empresas a não utilização da prudência; também é possível que a visão dos usuários fique dividida, não se podendo chegar a uma conclusão exata.

A justificativa desta pesquisa é baseada no fato de haverem poucas pesquisas focadas na percepção dos usuários em relação ao assunto, deve-se auferir se a decisão tomada pelo CPC e pelo IFRS em respeito à retirada do princípio da prudência é percebida como favorável pelos usuários das demonstrações financeiras, buscando levar uma visão diferente das pesquisas efetuadas até então, na tentativa de enxergar como os usuários se sentem em relação às medidas tomadas pelos órgãos reguladores, pois até então as pesquisas visavam verificar somente o fato de se é aplicado ou não o uso do conservadorismo, não procurando entender qual a opinião dos usuários. Com isso, espera-se contribuir para o debate entorno do conservadorismo contábil e sobre a aderência as normas internacionais.

2. Plataforma Teórica

2.1. Conceito e razões para uso

Segundo Lopes e Martins (2007), “O conservadorismo é uma das características mais importantes do corpo de práticas e procedimentos da contabilidade”. Na primeira versão do CPC-00 emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a definição de conservadorismo, tratado por prudência na norma, era expressa da seguinte forma:

Prudência consiste no emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos ou receitas não sejam superestimados e que passivos ou despesas não sejam subestimados.

Mesmo antes da existência do Pronunciamento conceitual Básico, as normas brasileiras emitidas pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) já faziam referência ao uso da prudência.

Em algumas obras, como na de Iudícibus (2009) afirma-se que o conservadorismo possui duas abordagens. A primeira, citada como “a mais nobre” é aquela com finalidade de escolher entre vários valores relevantes aquele que influenciar de maneira menos otimista as expectativas dos usuários da informação contábil, “a fim de disciplinar o entusiasmo natural de alguns donos e administradores de negócios na apresentação das perspectivas da entidade.”. A segunda seria de que o conservadorismo provoca distorções e que deve ser atentada pelos contadores para não se utilizar de forma extrema o princípio. Esta visão vem crescendo no decorrer dos últimos anos, inclusive no próprio mercado.

Watts (2003) relata quatro possíveis razões para o uso do conservadorismo contábil. O primeiro seria em relação ao monitoramento de contratos, limitando o comportamento oportunista do gestor, de forma que este não venha gerar conflitos de agência. O segundo é em relação à tributação, gerando um incentivo a empresa, uma vez que haverá antecipação de despesas e a postergação de receitas, gerando menor imposto e maior valor da empresa. O terceiro motivo é quanto a possíveis litígios, uma vez que a subavaliação é menos penalizada do que a superavaliação. O último motivo seria em relação à regulação, que está relacionado com a razão anterior: órgãos reguladores são mais críticos em relação à superavaliação do que a subavaliação. Esta visão dada por Watts (2003) se assemelha a primeira abordagem de Iudícibus tratada anteriormente, a respeito de amenizar as expectativas dos usuários e administradores.

2.2. Algumas evidências em relação à aplicação do conservadorismo

Em 2008 o Brasil passou a adotar as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS). Porém, isto não trouxe impactos em relação ao uso do conservadorismo, conforme estudo de Braga (2011), onde analisou padrões contábeis e incentivos econômicos na determinação da qualidade da informação contábil, onde a variável “qualidade” referia-se a presença ou não de reconhecimento assimétrico de perdas e ganhos. As evidências mostraram que “a adoção do padrão IFRS não afetou o reconhecimento assimétrico de perdas de forma positiva”, de forma que o fato de utilizar um modelo contábil de alta qualidade como IFRS não gerará obrigatoriamente informações contábeis de melhor qualidade.

Em relação ao grau de aplicação do conservadorismo, observam-se algumas características que devem ser levadas em consideração em relação à própria empresa e aos administradores. Primeiramente, em relação ao administrador: se este for avesso ao risco, há tendências de ele ter uma postura mais conservadora, tendo uma visão mais pessimista, a fim de prevenir-se de possíveis imprevistos e riscos. Outro ponto é em relação aos mecanismos de governança corporativa da empresa. Almeida, Costa e Scalzer (2006) encontraram evidências de que empresas com maior quantidade de mecanismos de governança corporativa apresentam informações mais conservadoras. Vale lembrar, que a Bovespa classifica as empresas brasileiras listadas na bolsa em níveis de governança corporativa, sendo então considerado um critério de qualidade.

Além destas características, também se deve lembrar que muitos administradores preocupam-se com o desempenho da empresa (principalmente referente ao resultado), pois é através dele que muitas empresas mensuram a base do bônus que será pago ao fim do ano; ao pensar por este ângulo, é possível que um administrador, preocupado com o próprio benefício,

apresente informações mais conservadoras, a fim de proteger o lucro de exposições negativas, além de reduzir o montante do imposto que será aplicado sobre este.

Outro fator evidenciado em alguns estudos é quanto ao regime legal, sendo o direito romano conhecido como *Common Law* e o direito consuetudinário como *Code Law*. Costa et al (2008) apresentaram em seu estudo as características de cada modelo. O *common Law* possui estrutura acionária dispersa, muitos acionistas (*shareholders*) e a informação contábil é relevante. Possuem pouca influência da legislação tributária sobre a contabilidade e não tem regulamentação contábil envolvida com o governo. O *Code Law* possui controle acionário nas mãos de poucos acionistas (*stakeholders*) e informação contábil menos relevante. A influência da legislação tributária na contabilidade é forte e tem a regulamentação contábil diretamente regulada pelo governo. Diversos estudos evidenciam que no modelo *common Law* o uso do conservadorismo contábil é mais forte que no *code Law*.

Maciel (2011) encontrou evidências de que há diferenças no uso do conservadorismo entre empresas de baixa e alta influência tributária, principalmente após a Lei 11.638/2007. Nas empresas de baixa influência, houve aumento do conservadorismo após a lei, enquanto nas de alta influência houve mudança no sentido do reconhecimento mais contemporâneo de ganhos do que de perdas. Isso ocorreria devido ao fato de que tais lançamentos no lucro contábil não teriam efeitos tributários. Corroborando com esta pesquisa, Almeida, Campos e Neto (2010) encontraram evidências de que quanto maior o volume de provisões tributárias, maior nível de conservadorismo as empresas apresentam.

Assim, percebe-se que há diversos fatores, além das normas contábeis, que irão determinar o grau do uso do conservadorismo nas demonstrações financeiras, sendo assim necessário levar em conta na análise estes outros fatores.

2.3. Itens que podem caracterizar o uso ou não do conservadorismo contábil

Conforme visto anteriormente, há alguns fatores que podem levar o uso do conservadorismo contábil. Mas como perceber se de fato o princípio da prudência está sendo aplicado? Neste ponto, serão abordadas algumas características que podem evidenciar tal ato ou a ausência do mesmo.

- **Valor de livro abaixo do valor de mercado**

Conhecido como *market-to-book*, é a comparação do valor de mercado da empresa com seu valor patrimonial. Conforme visto anteriormente no estudo de Rangel e Teixeira (2003), em geral, o mercado reconhece as boas notícias mais rápido que o PL, sendo assim o valor de mercado costuma ser maior que o valor patrimonial. Isso pode demonstrar a existência do conservadorismo. Quando o *market-to-book* apresenta índice maior que 1,0 demonstra que o mercado tem expectativas favoráveis em relação a empresa; além disso também pode significar ativos subavaliados e passivos superavaliados. Em contrapartida, um índice menor que 1,0 demonstra uma expectativa desfavorável do mercado, que pode ser derivada de ativos superavaliados e passivos subavaliados. Diversos fatores podem levar a diferentes índices, deve-se por tanto ser cauteloso ao analisar tal índice.

- **Custo ou mercado, dos dois o menor (mensuração de estoques)**

Conforme o pronunciamento do CPC 16, “Os estoques objeto deste Pronunciamento devem ser mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor.”. Este método de mensuração é o típico conservadorismo: subavaliar ativos. Sendo assim, aqui podemos observar uma contradição dentro do CPC. Enquanto a Estrutura Conceitual retira a

prudência dos princípios, alegando ser inconsistente com a neutralidade, o CPC 16 opta por uma mensuração claramente conservadora.

- **Ativos e Passivos Contingentes**

O CPC 25 trata sobre o tratamento de ativos e passivos contingentes, onde pode-se encontrar mais uma característica conservadora: uma provisão é reconhecida como passivo quando “é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação”. Por outro lado, o ativo contingente, em regra geral, não é reconhecido nas demonstrações financeiras, “Porém, quando a realização do ganho é *praticamente certa*, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado.”. Aqui fica nítida a regra do “subavaliar ativos e superavaliar passivos”, uma vez que o passivo poderá ser reconhecido quando for “provável” enquanto o ativo somente quando for “praticamente certo”.

- **Reavaliação**

A reavaliação, introduzida pela Lei nº 6.404/76, atualmente proibida no Brasil pela Lei nº 11.638/11, era uma forma onde a empresa, de forma espontânea, tinha a possibilidade de avaliar os ativos por seu valor de mercado quando este era superior ao custo, ou seja, abandona-se o custo histórico e faz-se o uso do valor de reposição atual do ativo. O uso deste método traz evidências de uma contabilidade não tão conservadora, principalmente em situações como ocorreram no Brasil, onde foi feito um mau uso da reavaliação, inflando seus balanços, transformando Patrimônios Líquidos negativos em positivos, entre outros exemplos. Nas normas internacionais este procedimento é permitido, por tanto, neste quesito, as normas brasileiras estão em desacordo com as internacionais.

Segundo Iudícibus (2009), “a contabilidade baseada em custos históricos e em todos os demais princípios é muito mais sofisticada, do ponto de vista do relacionamento entidade-mundo exterior do que pode parecer à primeira vista”. Aqui podemos ver claramente uma visão conservadora, prezando-se pelo uso do custo histórico, sendo assim, o uso da reavaliação vai contra o princípio do conservadorismo.

- **Impairment - Redução ao Valor Recuperável de Ativos**

Em contrapartida com a reavaliação, o CPC-01-R1 estabelece procedimento “que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação.”. Enquanto a reavaliação, vetada no Brasil, apresenta a possibilidade de avaliar-se um ativo por um valor superior ao custo, o teste de *impairment* faz exatamente o contrário, avaliando o ativo de forma que este não exceda o valor de recuperação, representando um forte indício do uso da prudência.

- **Gastos com Pesquisas**

Conforme CPC-04-R1, gastos realizados com pesquisas devem ser reconhecidos como despesas quando incorridos, independente da possibilidade de gerar benefícios econômicos futuros, podendo assim ser considerado também como uma atitude conservadora.

- **Ativo Diferido**

O item V do art. 179 da Lei das Sociedades por Ações definia que, no Ativo Diferido, deveriam ser classificadas:

(...) as aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social, inclusive os juros pagos ou creditados aos acionistas durante o período que anteceder o início das operações sociais.

Assim como a reavaliação, o uso do ativo diferido pode indicar a ausência do conservadorismo, uma vez que o diferimento de despesas pode mascarar resultados, alterando o valor de livro por ação, por exemplo. O conservadorismo preza pelo reconhecimento antecipado de despesas e o ativo diferido, ao invés de mandar para o resultado um gasto considerado despesa, os adiciona no Ativo, de forma a inflar o ativo e aumentar o resultado do exercício.

- **Vida útil de Ativos Imobilizados e Intangíveis**

Conforme CPC-04-R1 e CPC-27, os ativos imobilizados e intangíveis tiveram suas regras mudadas, de forma que a vida útil econômica, o valor residual e o comportamento do fluxo de benefícios passaram a ser considerados para o cálculo de depreciação e amortização. Até então, utilizava-se unicamente os prazos fiscais, o que gerava uma despesa maior nos primeiros anos do ativo. Por tanto, esta medida seria mais uma na lista das “não conservadoras”.

2.4. Os usuários das demonstrações contábeis

Conforme o Pronunciamento Conceitual Básico (CPC-00), são usuários primários das demonstrações financeiras “investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores”. Para este estudo, também consideraremos órgãos reguladores, administradores de empresas e outros profissionais da área.

Gonzaga e Costa (2009) fizeram estudo sobre a relação do conservadorismo contábil com os conflitos sobre as políticas de dividendos entre acionistas minoritários e controladores, onde encontraram resultados semelhantes ao de outros estudos, demonstrando que demonstrações contábeis conservadoras podem reduzir os pagamentos de dividendos excessivos, reduzindo os conflitos existentes. Acredita-se que empresas onde há maior incerteza operacional, os controladores requerem uso do conservadorismo mais fortemente, para prevenir o pagamento de dividendos em excesso. Nesta visão, podemos perceber que há uma divisão quanto ao uso da prudência contábil entre acionistas minoritários e controladores: os primeiros desejam maiores dividendos, podendo demonstrar menos preferência em um “lucro conservador”; por outro lado, os controladores, uma vez por não possuírem ações preferenciais, preferem o uso do conservadorismo a fim de diminuir os dividendos.

Em relação aos credores, há certa demanda do uso da prudência por parte destes usuários. Isso ocorre pelo fato de que, tendo uma visão mais “pessimista”, eles podem precaver-se mais rapidamente de possíveis riscos, podendo executar garantias ou cobranças judiciais, uma vez que o reconhecimento antecipado de perdas acelera a quebra de *covenants* permitindo os credores exerçam seus direitos contratuais. Conforme Brito (2010) observa-se mais uma vez a importância do conservadorismo para as relações contratuais da empresa:

A necessidade de informações oportunas sobre eventos que afetam desfavoravelmente a capacidade dos devedores de gerar fluxos de caixa faz com que os credores demandem a adoção de práticas para registro tempestivo de eventuais perdas nas demonstrações contábeis da empresa, mesmo que tais perdas ainda não tenham sido realizadas. Nesse sentido, os credores desejam que a empresa reporte números contábeis conservadores.

No meio acadêmico, há críticas quanto ao conservadorismo, entrando na mesma visão do IASB, a respeito da neutralidade da informação. Muitos profissionais da área alegam que o uso do conservadorismo cria um viés a informação, prejudicando as decisões dos usuários das demonstrações (Brito, 2010). Porém, diversas pesquisas no meio utilizam o conservadorismo como critério de qualidade das informações. Além de que, segundo Watts (2003), diversas pesquisas apontam que este princípio beneficia os usuários das demonstrações contábeis.

Com relação à administração da empresa, esta já foi tratada na seção anterior, onde foi evidenciada que os administradores tendem a ter uma postura mais conservadora. Além disto, o administrador muitas vezes é influenciado pelos acionistas controladores como vimos anteriormente, e estes também possuem características que levariam a desejar uma contabilidade mais conservadora.

Pontes (2009) levantou evidências em seu estudo de que há um aumento no grau do conservadorismo nas demonstrações financeiras após receber um parecer com ressalva da auditoria externa. Isso ocorreria devido ao fato da forte influência da auditoria sobre os demonstrativos e sua postura mais comumente conservadora, dado os riscos de problemas judiciais relacionados à profissão, uma vez que, historicamente, empresas de auditoria tiveram problemas com resultados superavaliados e não o contrário.

2.5. Teoria dos Prospectos

A Teoria dos Prospectos é um modelo do comportamento econômico de decisão em condições de risco. Segundo seus criadores, Kahneman e Tversky (1979), as pessoas mostram-se avessas ao risco e em grande maioria, “tendem a minimizar resultados pouco prováveis em comparação àqueles obtidos com certeza” (Santos e Botelho, 2011). Assim, segundo a teoria, as pessoas atribuem valor a perdas e ganhos em vez de seu estado final de riqueza, trocando probabilidades por pesos.

Para chegar a esta teoria, Kahneman e Tversky (1979) desenvolveram diversas pesquisas, com diferentes alternativas de decisão, apresentando problemas de maneiras diferentes. Assim, foram apresentados diversos cenários para os entrevistados, onde ambas as opções possuíam probabilidades iguais de acontecerem, porém, a forma em como eram apresentadas eram diferentes. “A intensidade da sensação associada à perda de determinado montante é maior que a intensidade associada a um ganho do mesmo montante” (Santos e Botelho, 2011). Este fenômeno foi nomeado de Efeito *Framing*, os autores perceberam que ao apresentar um mesmo problema de maneiras diferentes, havia diferenças nas respostas apresentadas pelos indivíduos. Sendo assim, a forma como uma situação é exposta é importante para a tomada de decisão.

Esta teoria vai a contraponto com outras existentes que tratam da racionalidade do ser humano, segundo a qual um indivíduo sempre toma decisões de forma a maximizar a utilidade. A Teoria do Prospecto vem trazer outros fatores que influenciariam na tomada de decisão, como a emoção, crenças individuais e agilidade no processo da decisão. Segundo Pinto, Macedo e Alves (2012) “o sofrimento associado à perda é maior que o prazer associado a um ganho de mesmo valor.”. No estudo destes autores, foi feita uma análise com foco no efeito *framing*. Para tanto, construíram dois questionários que continham a mesma questão, porém foram apresentadas de maneiras diferentes, onde um focava mais na perda e na outra o ganho. Os autores encontraram evidências de que o julgamento dos tomadores de decisão não é totalmente racional, uma vez que os indivíduos entre duas questões iguais, mas com estrutura diferente, escolheram alternativas diferentes.

Ferreira Jr., Rocha e Carvalho Jr. (2012) fizeram um estudo procurando verificar se há diferenças entre o grau de conservadorismo de contadores e profissionais de outras áreas, também se baseando na teoria dos prospectos. Para tanto, aplicou-se questionário a ambos os grupos, com a diferença de que os profissionais de outras áreas, após ter efetuado o primeiro questionário, receberam treinamento sobre conservadorismo contábil e então preencheram o questionário novamente. Pode-se perceber uma mudança na postura desta população, que se tornou mais conservadora após o treinamento. Assim, percebemos que realmente há uma influência existente na contabilidade que leva os indivíduos a terem atitudes conservadoras.

3. Metodologia

O objetivo desta pesquisa é buscar conhecer a percepção que o fim do conservadorismo contábil traz para os usuários das demonstrações financeiras, buscando evidências sobre como estes usuários se veem diante da possibilidade do fim do uso do princípio da prudência na contabilidade e questionar se a decisão do CPC da retirada deste princípio é realmente favorável aos usuários. Assim, espera-se descobrir se os usuários das demonstrações financeiras demonstram interesse por uma informação mais conservadora.

Para tanto, será feita uma pesquisa descritiva bibliográfica e de campo. Trata-se de uma pesquisa descritiva, pois serão observados, registrados e analisados os dados coletados através de pesquisa bibliográfica e de questionário de uma determinada população (no caso, os usuários das demonstrações financeiras).

A pesquisa de opinião será efetuada através de diversos questionários, um para cada classe de usuário, contém duas partes, onde se buscará os pontos de vista dos usuários das demonstrações financeiras (descritos no item 2.4) a respeito do assunto, reconhecendo seus interesses e opiniões. Para tanto, na primeira parte do questionário serão montados cenários onde haverá duas opções de demonstrações financeiras, – uma com características conservadoras e outra não, conforme o item 2.3 - onde cada usuário decidirá qual informação financeira fornecida a ele naquele determinado cenário lhe proporciona mais adequada informação para tomada de diversas decisões que serão feitas através de questionamentos. Outras perguntas poderão ser feitas de acordo com a classe do usuário. Assim, espera-se perceber como os diferentes tipos de usuários se sentem em relação ao uso do conservadorismo. Ao final desta primeira parte do questionário, será feita uma pergunta direta ao usuário se este é a favor ou contra a retirada do princípio da prudência das normas contábeis brasileiras e internacionais.

4. Seleção da Amostra

Os questionários (Anexo 1) foram formados por 4 ou 5 questões de múltipla escolha (variando de acordo com o tipo de usuário) e foram aplicados a auditores, analistas na posição de credor/devedor, investidores e professores. Também foram pedidas algumas informações adicionais para o simples controle de respostas; foi montado um questionário para cada classe de usuários: Auditores, Credores, Investidores e Professores, com o objetivo de posicioná-los em um momento de tomada de decisão.

A pesquisa foi realizada nos meses de setembro e outubro de 2013, envolvendo profissionais de grandes empresas, professores acadêmicos da área contábil e investidores no mercado de ações. A amostra foi composta por um total de 81 respondentes, sendo estes compostos por:

- 15 auditores

- 25 credores/devedores
- 13 investidores
- 28 professores

Por se tratar de uma pesquisa de campo, esta ficou limitada a disponibilidade de respondentes, podendo não apresentar um resultado com grande grau de confiabilidade, dada esta limitação.

5. Resultados Encontrados e Discussões

Após o encerramento da pesquisa, as respostas para as diferentes questões foram classificadas em Conservadoras e Não Conservadoras.

De modo geral, considerando-se todas as respostas e diferentes questões, em média 62,96% dos usuários das demonstrações financeiras mostraram-se conservadores; com base neste dado, pode-se aceitar a hipótese nula de que os usuários das demonstrações financeiras demonstram preferência por uma informação conservadora.

Entretanto, analisando-se os resultados por classe de usuário percebe-se que o resultado alcançado, no item anterior, se deve ao grande viés causado por uma das classes de usuários. 90% dos respondentes da classe dos auditores apresentaram respostas conservadoras, porém, nos demais grupos, os usuários ficaram divididos, conforme tabela 1:

Tabela 1: Percentual de respondentes conservadores

Auditores ³	Credores/Devedores	Investidores	Professores
90,00%	52,00%	50,00%	59,82%

Analisando-se as respostas de cada questão, também é possível ver grandes diferenças nas respostas dos usuários. Em todos os questionários, foram realizadas duas perguntas idênticas, onde a única diferença era em que uma os demonstrativos representavam duas empresas diferentes e em outra, a mesma empresa com cenários diferentes. Em todas as classes de usuários, pode-se perceber que quando se tratava da mesma empresa, um maior número de respondentes mostrou-se conservador. Em algumas classes, a porcentagem dobra de uma questão para outra, conforme tabela 2:

Tabela 2: Percentual de respondentes conservadores comparando questões semelhantes

	Auditores	Credores	Devedores	Investidores	Professores
Empresas Diferentes	100,00%	44,00%	32,00%	23,08%	60,71%
Mesma Empresa Cenário diferente	100,00%	80,00%	64,00%	46,15%	64,29%

Nesta situação, percebe-se uma das características da teoria dos prospectos, explicada pelo efeito *framing*, no qual indivíduos tomam decisões diferentes de acordo com a forma que uma situação é apresentada. Quando os respondentes encontraram uma situação em que a mesma empresa era representada, é provável que tenham percebido que em uma, as regras contábeis utilizadas mostravam-se mais conservadoras em uma, podendo justificar o comportamento da mudança nas respostas.

A classe dos investidores foi aquela que se mostrou menos conservadora na tomada de decisão em relação às questões relacionadas com os demonstrativos. Porém, com relação às outras duas perguntas feita a classe, mostrou-se altamente conservadora. Ao comparar o valor

de mercado das ações com o valor contábil, cerca de 70% dos respondentes escolheram a opção conservadora desta questão (investiriam naquela que possui valor de mercado acima da contábil). O mesmo vale para a questão direta a respeito da retirada do princípio da prudência. De todas as classes, os investidores foram o que tiveram maior índice de respostas contra a retirada do mesmo.

Tabela 3: Percentual de respondentes contra a retirada do princípio da prudência

Audidores	Credores/Devedores	Investidores	Professores
60,00%	40,00%	61,54%	53,57%

Com base nesta última questão, os credores e devedores tornam-se menos conservadores do que os investidores. Mais uma vez fica evidente o efeito *framing*. Quanto mais clara fica a questão em relação ao conservadorismo, as respostas mais se alteram. Dadas tais divergências nas respostas de cada questão, não é possível chegar-se numa conclusão, uma vez que pode haver grande viés nas repostas.

Foi questionado à classe de usuários de professores se estes acreditam que a neutralidade e a prudência poderiam coexistir. O intuito desta questão era tentar perceber se, a justificativa dada para a retirada do princípio da prudência das normas contábeis é de fato consistente. 60,71% dos respondentes disseram acreditar que tais princípios poderiam coexistir. Porém, somente 53,57% não concordaram com a retirada do princípio da prudência. Dessa forma, pode-se concluir que alguns usuários percebem outros motivos fora o dado pelo CPC e IASB, para que tenha sido feito a retirada deste princípio.

6. Considerações Finais

Nesta pesquisa, procurou-se investigar se os usuários das demonstrações financeiras são conservadores e se, portanto, o fim deste princípio nas normas brasileiras afetaria a sua tomada de decisão. A base teórica foi a Teoria dos Prospectos que leva como base fatores comportamentais na tomada de decisão dos indivíduos.

Não se pode chegar a um consenso geral sobre os usuários das demonstrações financeiras, uma vez que a opinião ficou dividida quando comparada entre todos os usuários. Porém, pode-se perceber que algumas classes se mostram mais conservadoras do que outras. Conforme esperado, os Auditores mostraram grande tendência ao conservadorismo, em contrapartida, os Investidores se mostraram menos conservadores, conforme visto na plataforma teórica.

Dado a limitação das respostas, não foi possível chegar a uma conclusão sobre as hipóteses formuladas inicialmente. Vale ressaltar novamente que o estudo teve limitações quanto ao número de respondentes da pesquisa. Sugere-se que em pesquisas futuras, seja feito um estudo semelhante contemplando maior número de respondentes, podendo aumentar-se a confiabilidade dos resultados. Além dessa sugestão, também se pode aplicar este estudo para outros países, de forma a procurar diferenças no grau de conservadorismos em localidades diferentes.

Referências

Almeida, J. E. F. de; Campos, G. M.; Sarlo Neto, A. 2010. A Influência da Tributação no Grau de Conservadorismo das Empresas. Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão, v. 5, n.2, Rio de Janeiro.

- Almeida, J. C. G. de; Costa, F. M. da; Scalzer, R. S. 2008. Níveis Diferenciados de Governança Corporativa e Grau de Conservadorismo: Estudo Empírico em Companhias Abertas Listadas na Bovespa. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 2, p. 117-130.
- Basu, S. 1997. The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings. *Journal of Accounting and Economics*. n. 24, pp. 3-37.
- Braga, J. P. 2011. Padrões Contábeis, Incentivos Econômicos e reconhecimento assimétrico de perdas. 2011. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Brito, G. A. S. 2010. Conservadorismo Contábil e o Custo do crédito bancário no Brasil. 2010. Dissertação (Doutorado em Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. 2012. Pronunciamento Conceitual Básico: Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis. Rev. 01. Brasília, 2011. Disponível em: < <http://www.cpc.org.br/>>. Acesso em: 15 out. 2012.
- _____. Pronunciamento Técnico CPC 01: Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Rev.01. Brasília, 2010. Disponível em: < <http://www.cpc.org.br/>>. Acesso em: 05 mai. 2013.
- _____. Pronunciamento Técnico CPC 04: Ativo Intangível. Rev.01 Brasília, 2010. Disponível em: < <http://www.cpc.org.br/>>. Acesso em: 05 mai. 2013.
- _____. Pronunciamento Técnico CPC 16: Estoques. Rev.01 Brasília, 2009. Disponível em: < <http://www.cpc.org.br/>>. Acesso em: 05 mai. 2013.
- _____. Pronunciamento Técnico CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Brasília, 2009. Disponível em: < <http://www.cpc.org.br/>>. Acesso em: 05 mai. 2013.
- _____. Pronunciamento Técnico CPC 27: Ativo Imobilizado. Brasília, 2009. Disponível em: < <http://www.cpc.org.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2013.
- Costa, F. M. da; Costa, A. C. O.; Lopes, A. B. 2006. Conservadorismo em cinco países da América do Sul. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, ano 17, v. 2, n. 41, p. 07-20, maio/ago.
- Costa, R. A. da; Nossa, S. N.; Baptista, É. C. S.; Teixeira, A. J. C. 2008. O impacto da regulação diferenciada sobre o conservadorismo nas empresas brasileiras: período 1996-2006. 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade. Gramado/RS, 2008.
- Ferreira Junior, G.; Rocha, J. S. da; Carvalho Junior, C. V. de O. 2012. Contador Conservador ou Ser Humano Conservador? Um Estudo Sob a Perspectiva da Contabilidade Comportamental. In: CONGRESSO USP DE CONTABILIDADE E CONTROLADORIA, 12., 2012, São Paulo: FEA/USP.
- Gonzaga, R. P.; Costa, F. M. da. 2009. A relação entre o conservadorismo contábil e os conflitos entre acionistas controladores e minoritários sobre as políticas de dividendos nas empresas brasileiras listadas na Bovespa. *Revista Contabilidade & Finanças (Impresso)*, v. 20, p. 95-109.
- Iudícibus, S. 2009. *Teoria da Contabilidade*. 9. ed. São Paulo: Atlas.
- Kahneman, D.; Tversky, A. 1979. Prospect theory: an analysis of decision under risk. *Econometrica*, v. 47, March.
- Lopes, A. B.; Martins, E. 2007. *Teoria da Contabilidade: uma nova abordagem*. 1. ed. São Paulo: Atlas.
- Maciel, M. C. 2011. *Convergência Contábil e o Impacto no Grau de Conservadorismo das Companhias Abertas Brasileiras com Alta e Baixa Influência Tributária*. Dissertação (Mestrado

em Contabilidade) - Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças, Vitória/ES.

Penman, S. H.; Zhang, X. 1999. Accounting conservatism, the quality of earning, and stock returns. Dez. Disponível em: <<http://papers.ssrn.com/>>. Acesso em: 15 out. 2012.

Pinto, P. S. B.; Macedo, M. Á. da S.; Alves, F. J. dos S. 2012. Tomada de decisão e Teoria dos Prospectos em ambiente contábil: uma análise com foco no Efeito Framing. In: CONGRESSO USP DE CONTABILIDADE E CONTROLADORIA, 12., 2012, São Paulo. Anais. São Paulo: FEA/USP.

Pontes, L. T. 2009. Efeitos da Ressalva sobre o Grau de Conservadorismo Contábil: Evidências empíricas de mudanças no Grau de Conservadorismo no período Pós-Ressalva. 6º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, 2009. São Paulo.

Rangel, L. L.; Teixeira, A. J. C. 2003. O Conservadorismo Contábil e o Valor de Mercado. Congresso: XXVII EnANPAD 2003. Atibaia.

Santos, J. H. F. dos; Botelho, D. 2011. Análise comparativa de preços: variáveis influentes na percepção de vantagem de compra. RAM, Rev. Adm. Mackenzie (Online) [online], vol.12, n.2, pp. 145-168. ISSN 1678-6971.

Soares, C.; Neiva, J. J. R. 2007. O conservadorismo contábil e o seu efeito no patrimônio das empresas publicados no Brasil. In: CONGRESSO USP DE CONTABILIDADE E CONTROLADORIA, 7., 2007, São Paulo. Anais... São Paulo: FEA/USP.

Watts, R. L. 2003. Conservatism in accounting- part I: explanations and implications. Accounting Horizons. v.17, n.3, p.207-221.

Anexo 1

Considere o conjunto de Demonstrativos Financeiros, abaixo. Ambos demonstrativos retratam a mesma empresa ou cenário, de forma que foram expostas as mesmas condições, sendo a única diferenciação entre cada demonstrativo o método contábil de contabilização e classificação das diversas contas.

Building Knowledge in Accounting

A

Balanco Patrimonial (em R\$ mil)			
	Nota	X2	X1
Ativo Total		54.890	64.395
Caixa		2.000	1.750
Clientes		3.000	2.100
Estoques	1	4.750	4.225
Ativo Contingente	2	-	-
Ativo Diferido	3	-	-
Investimento	4	38.000	47.000
Imobilizado	5	13.800	13.800
(-)Deprec. Acum.	5	(9.660)	(8.280)
Intangível	6	5.000	5.000
(-)Amort. Acum.	6	(2.000)	(1.200)
Passivo Total		22.260	32.610
Fornecedores		7.260	12.560
Emprést. e Financ.		12.000	17.050
Provisões	7	3.000	3.000
Patrimonio Liquido		32.630	31.785
Capital Social		20.930	16.930
Reserva de Lucros		11.700	14.855

B

Balanco Patrimonial (em R\$ mil)			
	Nota	X2	X1
Ativo Total		79.417	73.129
Caixa		2.000	1.750
Clientes		3.000	2.100
Estoques	1	6.175	5.064
Ativo Contingente	2	4.000	4.000
Ativo Diferido	3	6.500	3.250
Investimento	4	47.000	47.000
Imobilizado	5	15.700	13.800
(-)Deprec. Acum.	5	(8.790)	(7.850)
Intangível	6	5.000	5.000
(-)Amort. Acum.	6	(1.168)	(985)
Passivo Total		19.260	29.610
Fornecedores		7.260	12.560
Emprést. e Financ.		12.000	17.050
Provisões	7	-	-
Patrimonio Liquido		60.157	43.629
Capital Social		22.930	16.930
Reserva de Lucros		35.327	26.699
Reserva de Reavaliação		1.900	-

A

Demonstração do Resultado (em R\$ mil)	
Receita de Vendas	18.000
(-) Custo dos bens vendidos	(6.500)
(=) Resultado Bruto	11.500
(+) Receitas Operacionais	3.560
(-) Despesas Operacionais	(5.620)
(-) Despesas com Pesquisas	(3.250)
(-) Perda por Impairment	(5.000)
(+) Resultado Financeiro	200
(=) LAIR	1.390
(-) IR/CSLL	(459)
(=) Resultado Líquido	931

B

Demonstração do Resultado (em R\$ mil)	
Receita de Vendas	18.000
(-) Custo dos bens vendidos	(7.925)
(=) Resultado Bruto	10.075
(+) Receitas Operacionais	3.560
(-) Despesas Operacionais	(5.620)
(+) Resultado Financeiro	200
(=) LAIR	8.215
(-) IR/CSLL	(2.711)
(=) Resultado Líquido	5.504

Notas Explicativas

A

1. Estoques
Avaliado pelo Custo Histórico, sendo este o menor em relação ao Preço de Mercado.
Custo Histórico: R\$ 10
Custo de Mercado: R\$ 13

B

1. Estoques
Avaliado pelo Preço de mercado, sendo este o maior em relação ao custo de Histórico
Custo de Mercado: R\$ 13
Custo Histórico: R\$ 10

2. Ativo Contingente

A empresa possui processos judiciais que ascendem a cerca de R\$ 4000, tendo sido avaliados como provável a entrada de benefícios econômicos. Porém, tais benefícios não foram reconhecidos nas Demonstrações Financeiras.

3. Ativo Diferido

A empresa tem investido em Pesquisa e Desenvolvimento e acredita-se que tais investimentos possam gerar benefícios futuros para empresa. Estes gastos, por não garantirem certeza de benefícios futuros, são lançados como despesa do exercício.

4. Investimento

A Companhia mantém investimentos, incluindo aplicações financeiras, duplicatas, empréstimos, derivativos, títulos e valores mobiliários.

Em X2, a cotação das ações da empresa BETA, na qual a Companhia possui investimentos, sofreu grande volatilidade existindo evidências de perda no valor recuperável desses ativos. Foram feitos diversos testes que levaram a administração reconhecer perda devido a redução do valor recuperável de tais ativos, sendo reconhecidos no resultado.

5. Imobilizado

No ano de X2, a Companhia possuía ativos imobilizados no valor de R\$ 13.800, sendo estes depreciados conforme os prazos fiscais disponibilizados.

6. Intangível

No ano de X2, a Companhia possuía ativos intangíveis no valor de R\$ 5.000, sendo estes amortizados conforme os prazos fiscais disponibilizados.

7. Provisões

A empresa possui processos trabalhistas que ascendem a cerca de R\$ 3000, tendo sido avaliados como provável a saída de recursos da empresa. Dessa maneira, foi feita uma provisão no valor referido.

Quantidade de ações: 1000 mil

Valor de Mercado das ações R\$ 45/ação

Valor de Livro das ações: R\$ 32,63/ação

2. Ativo Contingente

A empresa possui processos judiciais que ascendem a cerca de R\$ 4000, tendo sido avaliados como provável a entrada de benefícios econômicos. Dessa maneira, estes benefícios foram reconhecidos nas Demonstrações Financeiras.

3. Ativo Diferido

A empresa tem investido em Pesquisa e Desenvolvimento e acredita-se que tais investimentos possam gerar benefícios econômicos futuros para empresa, sendo assim classificado como um ativo diferido.

4. Investimento

A Companhia mantém investimentos, incluindo aplicações financeiras, duplicatas, empréstimos, derivativos, títulos e valores mobiliários.

Em X2, a cotação das ações da empresa BETA, na qual a Companhia possui investimentos, sofreu grande volatilidade. Porém, a empresa acredita que tal cenário poderá reverter-se de forma que o valor do investimento será mantido neste exercício.

5. Imobilizado

No ano de X2, a Companhia possuía ativos imobilizados no valor de R\$ 15.700, sendo estes depreciados considerando-se a vida útil econômica, o valor residual e o comportamento do fluxo de benefícios.

Em X1 a empresa possuía ativos imobilizados no valor de R\$13.800. Devido a mudanças no cenário econômico do País, foram feitos diversos testes que levaram a administração a reconhecer um aumento no valor destes ativos, sendo feita então uma reavaliação do saldo, gerando um ganho no exercício, elevando o saldo do imobilizado no ano de X2 para R\$ 15.700.

6. Intangível

No ano de X2, a Companhia possuía ativos intangíveis no valor de R\$ 5.000, sendo estes amortizados considerando-se a vida útil econômica, o valor residual e o comportamento do fluxo de benefícios.

7. Provisões

A empresa possui processos trabalhistas que ascendem a cerca de R\$ 3000, tendo sido avaliados como provável a saída de recursos da empresa. Porém não achou-se necessário criar uma provisão ao valor referido.

Quantidade de ações: 1000 mil

Valor de Mercado das ações:R\$ 45/ação

Valor de Livro das ações: R\$ 56,91/ação

Questões para Investidores:

Na posição de Investidor, considerando que os demonstrativos representam duas empresas, em qual você investiria?

- 1) Na posição de Investidor, considerando que os demonstrativos (Cenários A e B) retratam a mesma empresa, qual o cenário que você considera ideal para a tomada de decisão de investimento?
- 2) Considerando duas empresas que possuem o valor de mercado das ações de R\$45/ação, você investiria:
 - o Naquela que possuir o valor contábil das ações abaixo do valor de mercado
 - o Naquela que possuir o valor contábil das ações acima do valor de mercado

Questões para Credores/Devedores:

- 1) Na posição de Credor (Fornecedor de produto/serviço), considerando que os demonstrativos representam duas empresas, qual empresa você escolheria para firmar um contrato?
- 2) Na posição de Devedor (Comprador de produto/serviço), considerando que os demonstrativos representam duas empresas, qual empresa você escolheria para firmar um contrato?
- 3) Na posição de Credor, considerando que os demonstrativos (Cenários A e B) retratam a mesma empresa, qual o cenário que você considera ideal para a tomada de decisão na escolha de firmar ou não um contrato?
- 4) Na posição de Devedor, considerando que os demonstrativos (Cenários A e B) retratam a mesma empresa, qual o cenário que você considera ideal para a tomada de decisão na escolha de firmar ou não um contrato? *

Questões para Auditores:

- 1) Na posição de Auditor, considerando que os demonstrativos (Cenários A e B) retratam a mesma empresa, qual o cenário que você acredita ser aquele que provê melhor informação aos usuários das DFs?
- 2) Na posição de Auditor, qual dos demonstrativos você acredita que representa de forma mais fidedigna a realidade econômica da empresa?
- 3) Se a Administração da empresa está em dúvida sobre qual dos demonstrativos publicar, qual você indicaria?

Questões para Professores:

- 1) Considerando que os demonstrativos (Cenários A e B) retratam a mesma empresa, qual o cenário que você acredita ser aquele que provê melhor informação aos usuários das DFs?
- 2) Qual dos demonstrativos você acredita que representa de forma mais fidedigna a realidade econômica da empresa?
- 3) Você acredita que a neutralidade e a prudência podem coexistir?

Questão Final para todas as classes:

Em 2011, foi emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis a nova revisão da Estrutura Conceitual, na qual o princípio da prudência (conservadorismo) foi retirado. Você concorda com a decisão do CPC em retirar tal princípio?